

Sarney e a Constituição

O presidente José Sarney produziu, na longa, veemente e apaixonada entrevista à TV-Bandeirantes, o melhor pronunciamento oposicionista da campanha sucessória.



A simples constatação de evidência que se impõe como irrecusável, expõe as contradições do desempenho de Sarney e abre os flancos à denúncia dos choques entre o discurso e falhas, omissões e desacertos do governo nas turbulências da Nova República.

Não importa. A verdade é que Sarney emplacou surpreendente atuação no duro teste da resposta às críticas dos presidenciáveis e ante a cobrança de entrevistadores que se prepararam para encostá-lo contra a parede e foram literalmente encurralados por um presidente que soube exercitar a tática da ofensiva e que se soltou diante das câmeras, exibindo desembaraço desconhecido, embalado em fluência de contundente agressividade e passando a impressão da sinceridade das queixas e da seriedade das avaliações.

O julgamento do governo de Sarney com certeza não se alterará com seu desabafo e os disparos da metralhadora giratória que pediu emprestada às suas lembranças dos tempos de militância udenista. Ele se espelha na severidade dos índices das pesquisas sobre a impopularidade do governo.

Não é o que importa, no momento, nem o que está em discussão.

Sarney inovou uma vez mais. Nunca um presidente, em toda a nossa história republicana, sem exclusão de ditadores paisanos ou dos generais do rodízio de 64-85, se expôs voluntariamente à entrevista sem pauta pré-combinada, absorvendo perguntas que beiraram a impertinência, aceitando o diálogo aberto, com réplica e tréplica, conseguindo assumir o comando do espetáculo e ditando o tom e o tema das suas falas.

Se o presidente lavou a alma, rebatendo críticas e partilhando responsabilidades pelos muitos insucessos que as-

sinalam a caminhada sinuosa, deve estar preparado para o troco. Vem chumbo grosso dos bacamartes enferrujados do PMDB, exibido na nudez da sua gula empreguista, na petulância do patrulhamento do governo e flagrado a pular do barco que tripulou nas águas mansas dos votos do cruzado e que agora aderna, com os porões invadidos.

“Nunca um presidente, em toda a história republicana, se expôs voluntariamente a entrevista sem pauta pré-combinada.”

Também não é o mais importante. A novidade mais inesperada deve ser identificada na iniciativa de Sarney de lançar tema que andava escamoteado na campanha, evitado pelo constrangimento dos candidatos e que, de agora por diante, ascende a prioridade de debates e pronunciamentos: a reforma da Constituição de 5 de outubro de 88 — com nove meses e 21 dias —, saudada com as esperanças dos seus muitos e inegáveis avanços sociais, esvaziada pela omissão do Congresso na regulamentação de dispositivos essenciais e vulnerada pela constatação do mais indefensável dos seus defeitos: montada em modelo parlamentarista, curvou-se às pressões oficiais e fardadas e fechou com o recuo para a manutenção do presidencialismo, embrulhado nos cinco anos de mandato de Sarney.

Claro, Sarney liderou a máquina oficial para a rendição da Constituinte. E daí?

A divisão de responsabilidades não tapa a visão da crise que vem por aí, anunciada com toda a nitidez para implodir com a posse do sucessor de Sarney, no choque de frente entre a liderança nascente, amparada por milhões de votos e um Congresso a oito meses da renovação do mandato esburacado pela repulsa popular, no mais

baixo nível de desprestígio e desmoralização.

Sarney desculpou-se com o queixume de que “o presidente não manda nada”. A Constituição, no embalo parlamentarista, transferiu para o Congresso até miúdas tarefas executivas. Deixou o governo federal a pão e laranja, com 0,7% do PIB, transferindo até agora 19% da receita para estados e municípios que, ainda assim, não cessaram de choramingar sua miséria.

O presidente que está sendo gerado na campanha que desembocará nas urnas de 15 de novembro — para o primeiro turno daqui a três meses e 19 dias —, não se conformará com o corte em seus poderes nem se submeterá a Congresso em fim de linha, necessitando dele para a reeleição, vergado à sua tutela.

Espanta que a reforma da Constituição tenha sido subtraída das enxundiosas plataformas dos 11 candidatos que merecem ser levados a sério. Ela pipocaria a qualquer momento, à primeira provocação.

Porque os candidatos não terão como contornar o desafio de ajustar promessas e compromissos com sua viabilidade embaraçada pela Constituição que desmantelou o Estado, arruinando o governo federal.

A crise é do Estado — brada Sarney, com retardada veemência. O Estado faliu, inchado, dispersivo, ultrapassado, sem condições de atender às exigências da sociedade. A inutilidade do serviço público comprova-se todos os dias com as greves do funcionalismo que não afetam o país real e apenas penalizam os pobres, os marginalizados que são a maioria do eleitorado de 83 milhões que escolherá o futuro presidente. Um eleitorado que não é registrado por nenhuma outra estatística oficial e que só é inferior à população. E que é, por sua própria desesperança, fatalisticamente ansioso por mudança. Qualquer uma: ele não pode piorar na sua desgraça.

Para onde pender esse eleitorado que o Estado deserdou, decide-se a eleição. E o presidente eleito não tem alternativa: ou recupera poder para consolidar a liderança ou ela escorrerá por entre seus dedos, 2 como água suja das promessas descumpridas.